



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA - MG

MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA AMPLIAÇÃO DA COLETA SELETIVA



COORDENAÇÃO E RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Prof^a. Dra. Ângela Maria Soares (UFU)

CREA: 80.718/D

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Prof^a.Ma. Vânia Santos Figueiredo

Prof. Me. Leandro Oliveira Silva

CONSÓRCIO PÚBLICO MUNICIPAL - CIDES

Fradique Gurita da Silva

Presidente do CIDES

Ecione Cristina Martins Pedrosa

Secretária Executiva do CIDES

MONITORAS

Denise Cardoso da Silva - UFU

Laura Silva Arantes - UFU

Hellen Cristine da Silva Costa - UFU

Roberta Christina Amâncio - UFU

PRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA

Prefeito Anuar Arantes Amui

LISTAS DE FIGURAS, LISTAS DE PRESENÇA E QUADROS

Figura 1: Localização do município de Prata.....	7
Figura 2: Primeira audiência pública.	11
Figura 3: Reunião com o prefeito e secretários municipais para definir as estruturas necessárias para atender as medidas emergenciais.	15
Figura 4: Seminário de capacitação.	17
Figura 5: Mobilização porta a porta.	17
Figura 6: Folder de divulgação da coleta seletiva.	18
Figura 7: Audiência final.....	21
Lista 1: Lista de presença da primeira audiência pública.....	12
Lista 2: Lista de presença da reunião com secretários municipais e prefeito, para tratar das ações a serem desenvolvidas no Município.....	16
Lista 3: Lista de presença da audiência final.....	22
Quadro 1: Atividades realizadas.....	9
Quadro 2: Cronograma das ações realizadas.....	9



SUMÁRIO

1. Introdução.....	5
2. Justificativa.....	5
3. Caracterização do Município.....	6
4. Objetivos.....	8
a) Objetivo Geral.....	8
b) Objetivos Específicos.....	8
5. Metodologia.....	8
6. Referências.....	23

1. Introdução

A população munida pelo alto poder de consumo tem levado à exaustão dos recursos naturais e conseqüentemente com o aumento da descartabilidade, a sociedade tem enfrentado sérios problemas com a geração de resíduos sólidos, tudo isso associado à falta de gestão dos resíduos e do processo de urbanização intenso e desordenado (FIGUEIREDO et al., 2016).

A maioria dos gestores das cidades brasileiras nunca teve a preocupação em destinar os resíduos gerados na cidade a um local adequado, ficando os descartes sempre disposto em lixões. A Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), veio para regular a gestão dos resíduos. A lei contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário ao país no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos (FIGUEIREDO et al., 2016, p. 2522).

Os resíduos sólidos descartados em locais inadequados geram problemas ambientais, sociais e muitas vezes tornam-se uma alternativa de fonte de renda, para pessoas sem emprego, com baixa escolaridade, sem qualificação profissional que encontram-se expostos a exclusão e marginalização do sistema social e econômico.

Estas pessoas que triam materiais recicláveis nos lixões se inserem no mercado através da coleta seletiva e com a venda de materiais reciclados, realizam um importante trabalho dentro do aspecto ambiental, econômico e social. Readequando os materiais selecionados para reduzir, reciclar e reutilizar os resíduos sólidos gerados.

A implantação da coleta seletiva requer a participação de todos os munícipes e só é possível através de ações de mobilização social e educação ambiental, destinadas a capacitar a população, agentes públicos e sociais. Trata-se de um esforço contínuo da comunidade, buscando ampliar e melhorar permanentemente a separação dos resíduos sólidos na fonte, com coletas diferenciadas e alternadas e destinos adequados para cada tipo de resíduo.

2. Justificativa

A Lei 12.305/2010, de 2 de agosto de 2010, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que é um marco regulatório completo para o setor de resíduos sólidos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos em justaposição com diversas outras leis, compõem o arcabouço legal que influirá na postura da totalidade dos agentes envolvidos no ciclo de vida

dos materiais presentes nas atividades econômicas. Está fortemente relacionada com a Lei Federal de Saneamento Básico, com a Lei de Consórcios Públicos e ainda com a Política Nacional de Meio Ambiente e de Educação Ambiental, entre outras normativas importantes. Segundo MMA (2012), a Lei 12.305/2010 estabelece uma diferenciação entre resíduo sólido e rejeito, num claro estímulo ao reaproveitamento e reciclagem dos materiais, admitindo a disposição final apenas dos rejeitos. Com isso, faz uma distinção entre “destinação adequada”, que inclui diversas formas de aproveitamento dos resíduos, e “disposição final adequada”, pelo aterramento dos rejeitos. Assim, inclui entre os instrumentos da Política a coleta seletiva e o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis.

A participação social representa um grande desafio para a construção de sociedades democráticas. Isso por que constitui instrumento de avaliação da eficácia da gestão e da melhoria contínua das políticas e serviços públicos por parte da população; pressupõe a convergência de propósitos, a resolução de conflitos, o aperfeiçoamento da convivência e a transparência dos processos decisórios com foco no interesse da coletividade.

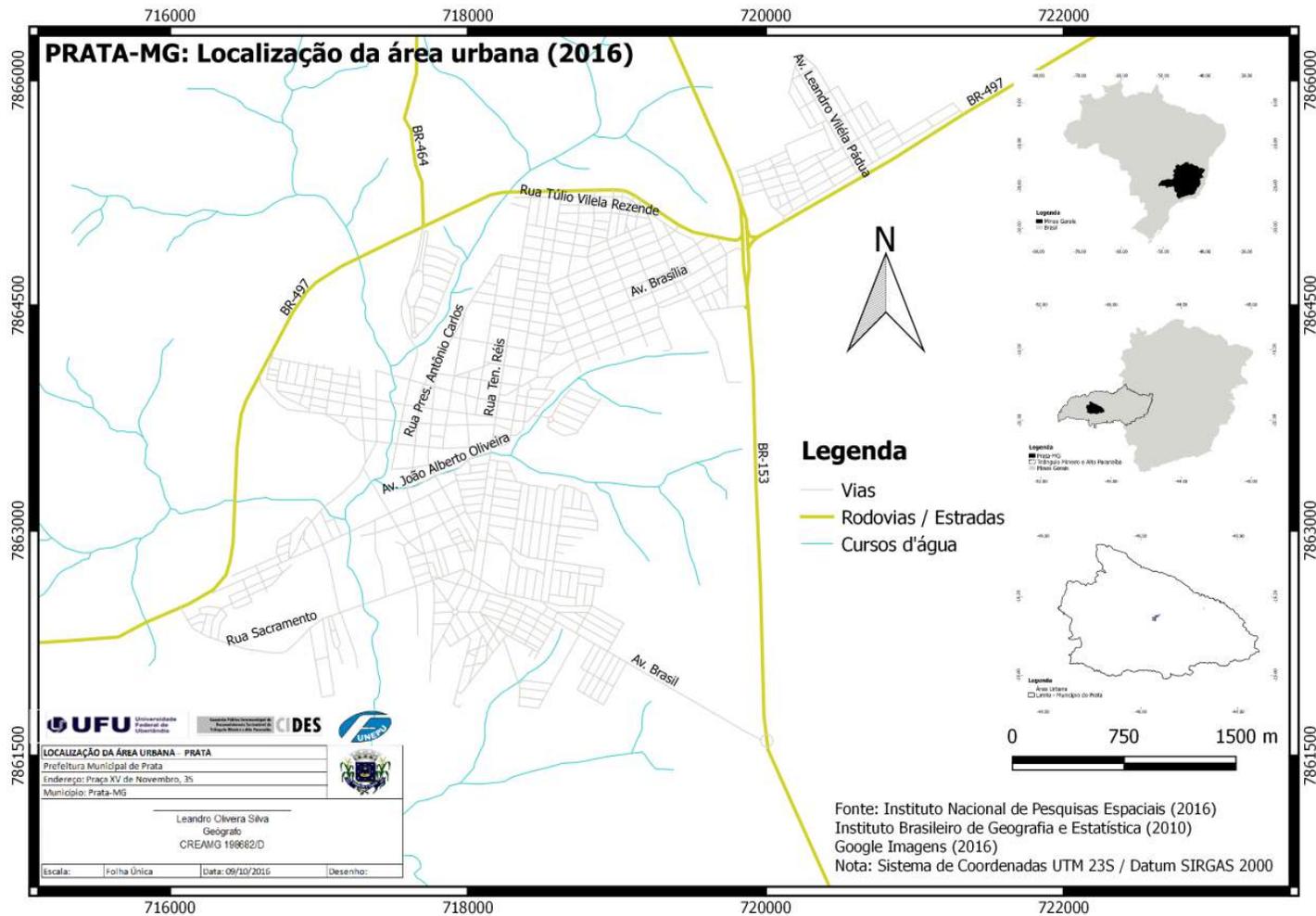
Por ainda não existir estratégias de orientação sobre coleta seletiva, compostagem, reciclagem, entre outros temas, faz-se necessário o desenvolvimento de ações para a educação ambiental no Município. Neste sentido, este projeto propõe medidas de educação ambiental para a implantação e/ou ampliação da coleta seletiva em âmbito local, inserindo a comunidade envolvida no processo.

As atividades realizadas tiveram por fim formar agentes ambientais multiplicadores, que poderão assumir também a responsabilidade na condução do programa de coleta seletiva a ser implementado.

3. Caracterização do Município

O município de Prata – MG (Figura 1) encontra-se localizado na microrregião de Ituiutaba, é o maior da região em extensão, com área de 4.847 km², de acordo com o Guia do Município de Prata. Localiza-se através das coordenadas geográficas 18°55'01" a 19°37'45" de Latitude Sul e 48°23'52" a 49°25'06" de Longitude Oeste. Além da sede do Município, os distritos de Jardinésia, Patrimônio do Rio do Peixe, Monjolinho e o povoado de Três Barras compõem os seus núcleos populacionais. Segundo (IBGE, 2014), a população estimada é de 27.293 habitantes e a densidade demográfica 5,32 hab./km².

Figura 1: Localização do município de Prata.



Fonte: Org. SILVA, L. O. (2016).

4. Objetivos

a) Objetivo Geral

Promover ações de educação ambiental destinadas a capacitar a população, agentes públicos e sociais, para implantação e/ou ampliação da coleta seletiva no Município.

b) Objetivos Específicos

1. Sensibilizar e mobilizar a comunidade quanto à disposição correta dos resíduos sólidos;
2. Integrar os agentes ambientais locais nas ações de Coleta Seletiva;
3. Capacitar os moradores para o desenvolvimento das técnicas de compostagem e plantio de hortaliças;
4. Capacitar a comunidade para o aproveitamento do material reciclável.

5. Metodologia

A metodologia contempla conteúdos desenvolvidos por intermédio de exposição dialogada, oficinas e vivências, realizadas com o auxílio de recursos áudio-visuais, debates em audiências públicas e palestras (Quadro 1).

A primeira audiência teve como objetivo apresentar para a comunidade as medidas emergências a serem realizadas no Município com vistas a implantação das medidas de curto prazo previstas no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PGIRS, visando o cumprimento das legislações ambientais vigentes, assim como apresentar o plano de mobilização social proposto para ser desenvolvido no período de seis meses, a partir do mês de abril de 2016, junto à comunidade (Quadro 2).

A audiência final foi realizada no mês de outubro de 2016 objetivou apresentar e discutir com a comunidade as ações que foram realizadas, assim como o cronograma e as ações previstas, para curto, médio e longo prazo, totalizando o universo de 10 anos.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA



Consórcio Público Intermunicipal de
Desenvolvimento Sustentável do
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

CIDES



Quadro 1: Atividades realizadas.

Audiência pública, visita técnica	10/05/2016
Reunião prefeito e secretários	09/06/2016
Capacitação	07/07/2016
Projeto piloto – coleta seletiva	19/08/2016
Audiência final	26/10/2016

Quadro 2: Cronograma das ações realizadas.

Ações / Meses	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Audiências							
Reunião interna da equipe para planejamento das ações							
Reunião com o prefeito e Secretários							
Visitas técnicas							
Capacitação e oficina de compostagem							
PRAD – Plano de Recuperação da área Degradada							
Programa para implantação da coleta seletiva							
Plano de mobilização de educação ambiental e coleta seletiva							



ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E A ALTO PARANAÍBA (CIDES) SOBRE AS MEDIDAS EMERGENCIAIS E AMPLIAÇÃO DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE PRATA - MG.

Aos dez dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, na Câmara Municipal do município de Prata, Minas Gerais, localizada à Praça XV de Novembro, 35, Centro, as quatorze horas, teve início a primeira audiência pública com a finalidade apresentar as medidas emergenciais e o cronograma sobre as ações para ampliação da coleta seletiva. A prof^a. Dra. Ângela Maria Soares, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), iniciou a audiência falando sobre PGIRS que foi entregue ao município no ano de 2015, e sobre a necessidade de iniciar as medidas emergenciais, já que o município não deu início às ações propostas no plano de trabalho do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS). Também abordou que toda mudança parte da educação e destaca a importância da Secretaria de Educação e também da equipe da saúde e zoonoses, já que estão constantemente nas casas das pessoas e terão um papel fundamental na abordagem durante as visitas pela possibilidade de orientar quanto à importância da coleta seletiva, sobre a separação adequada dos resíduos domésticos e que haverá melhoria da saúde da população e diminuição da incidência da dengue com a separação e armazenamento correto dos recicláveis. Para isso, será realizada a capacitação com as Secretarias de Saúde, Educação e Meio Ambiente abordando todos os tipos de resíduos e destinação adequada. Também ressaltou a importância da Vigilância Sanitária em relação aos resíduos dos serviços de saúde produzidos em estabelecimentos particulares como consultórios e farmácias e como os donos dos estabelecimentos devem proceder. A prof^a. Ângela sugeriu realizar um projeto piloto em um bairro para a ampliação da coleta seletiva e depois os Municípios junto com seus agentes ficarão responsáveis para disseminar para os demais bairros. Sugeriu também a criação de um comitê para dar continuidade ao projeto iniciado. Durante a audiência, também ficou acertado que haverá uma reunião com o prefeito e secretários municipais para definir as estruturas necessárias para ampliação e melhoria da coleta seletiva no Município. Em seguida, passou a palavra para prof^a. Ma. Vânia Santos Figueiredo, do Instituto de Geografia da UFU, que apresentou o cronograma de mobilização social e que deverá ser desenvolvido nos meses seguintes. Sem questionamentos da população deu-se por encerrada a audiência, nada mais tendo a declarar. Eu, Vânia Santos Figueiredo, lavrei a presente ata.

FOTOS DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E A ALTO PARANAÍBA (CIDES) SOBRE AS MEDIDAS EMERGENCIAIS E AMPLIAÇÃO DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE PRATA - MG.

Figura 2: Primeira audiência pública.





Lista 1: Lista de presença da primeira audiência pública.

1. Primeira audiência sobre a implantação da coleta seletiva realizada no município de Prata – MG, através do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Lista de Presença
10/05/2016

	NOME COMPLETO	FONE/EMAIL	INSTITUIÇÃO/SEGMENTO
1.	Uliana Ap. Silva		
2.	Mônica Ap. Silva		
3.	Fabíola Pereira Gonçalves		
4.	Leandro Mendes Bezerra		
5.	Silvana Gonçalves da S. O.		
6.	Vanessa Rodrigues Faria		
7.	Willy Aparecido Alves		
8.	Orlando da Silva		
9.	1991 Claudio		
10.	Silvia Ap. Teodoro		
11.	Valdeci da S.		
12.	Vanderlei Aparecido Faria		
13.	Silvana Alves Magalhães		
14.	Paulina Alves		
15.	Alcione dos S. Ruchelquin		
16.	Paula Maria de S. Silva		
17.	Guilherme de S. M.		
18.	Celia Aparecida Dias da Silva		
19.	Maria Nizka da S. Oliveira		
20.	Paulo Roberto de S. Silva		
21.	Leandro de S.		
22.	Clayton C. Vitala		
23.	Amândeo Tomaz Neto	net@tomaznet.com.br	Professores
24.	Amândeo Tomaz Neto	9651-3131	Professores
25.	Heinrich F. Mendes Filho		Arquiteto
26.	Mariluce Santos Silva	91439020	CAAP
27.	Wagner Aparecido de S. Silva	99178-7802	CAAP
28.	Paulo P. Ribeiro	99692-5380	Fiscal de Postura
29.	Paulo Roberto C. Lima		
30.	Ana Carolina Gomes Moura	9678-9110	
31.	André Luiz de S. Silva		
32.	Milena Guimarães Silva		
33.	Priscilla Oliveira Silva		
34.	Victor R. do S. Silva		
35.	Gabriel Oliveira		
36.	Maria Eduarda Vieira Mantovani	9642-6265	2ª Dança
37.	Antônio Augusto Guimarães	9962-2794	
38.	Matheus Machado Oliveira		
39.	Thalison R. Silva Passos		
40.	Marc de S. Oliveira		
41.	Mario Eduardo Gonçalves		

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA



Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



Primeira audiência sobre a implantação da coleta seletiva realizada no município de Prata – MG, através do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Lista de Presença
10/05/2016

42.	NOME COMPLETO	FONE/EMAIL	INSTITUIÇÃO/SEGMENTO
43.	<i>Adriano dos Santos</i>		
44.	<i>Luiz Carlos Salgueiro da Silva</i>		
45.	<i>Adriano dos Santos</i>		
46.	<i>Luiz Carlos Salgueiro da Silva</i>		
47.			
48.			
49.			
50.			
51.			
52.			
53.			
54.			
55.			
56.			
57.			
58.			
59.			
60.			
61.			
62.			
63.			
64.			
65.			
66.			
67.			
68.			
69.			
70.			
71.			
72.			
73.			
74.			
75.			
76.			
77.			
78.			
79.			
80.			
81.			
82.			
83.			
84.			



A reunião técnica realizada com o prefeito e secretários municipais teve como objetivo a definição das estruturas necessárias para ampliação da coleta seletiva e orientação sobre as medidas emergenciais a serem realizadas no Município para cumprimento da legislação ambiental vigente.

ATA DA REUNIÃO SOBRE AS MEDIDAS EMERGENCIAIS E AMPLIAÇÃO DA COLETA SELETIVA, COM A PRESENÇA DO PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE PRATA - MG.

Aos nove dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, na Prefeitura Municipal de Prata, Minas Gerais, localizada à Praça XV de Novembro, nº 35, Centro, às quatorze horas e cinco minutos, foi realizada a reunião com o prefeito e secretários municipais que teve como finalidade apresentar e as medidas emergenciais e o cronograma sobre as ações para implantação da coleta seletiva. A prof^ª. Dra. Ângela Maria Soares, da Universidade Federal de Uberlândia, explicou sobre as medidas emergenciais e a necessidade de que essas medidas tenham início desde já, pois o município não está atendendo à legislação poderá ser acionado pelo Ministério Público, o que não seria interessante para o mesmo. Também aborda que toda mudança parte da educação e destaca a importância da Secretaria de Educação e também da Secretaria de Saúde, destacando o trabalho dos agentes de saúde e zoonoses, que estão constantemente nas casas das pessoas e terão um papel fundamental na mobilização social, já que durante as visitas poderão destacar a importância da coleta seletiva e tirar dúvidas em relação aos tipos de resíduos. Para isso, será realizada a capacitação com as secretarias abordando todos os tipos de resíduos e destinação adequada. Também ressaltou a importância da Vigilância Sanitária em relação aos resíduos dos serviços de saúde gerados em estabelecimentos privados, como consultórios e farmácias. A secretária executiva do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (CIDES), Cristina, salientou a importância de cumprir os devidos prazos para amenizar as cobranças do Ministério Público. A prof^ª. Ângela sugeriu realizar um projeto piloto em um bairro para iniciar a ampliação da coleta seletiva e depois o Município junto com a equipe envolvida ficarão responsáveis para disseminar para os demais bairros e reunir-se com os responsáveis por cada secretaria para que haja a criação de um comitê para articulação do projeto. Comentou ainda sobre a definição das estratégias das ações, locais dos pontos de entrega voluntária - PEV, rota, dia e equipamento para coletar os recicláveis e os

orgânicos e verificar a localização onde será disponibilizado o centro de triagem, que segundo a Carmem, presidente da Cooperativa (CAAP), já funciona na cidade, mas não é muito divulgado. A prof^a. Ângela destacou a importância da divulgação e oficialização do PEV, já que, os próprios secretários presentes na reunião desconheciam essa informação. A prof^a. Ângela comentou ainda a necessidade de melhorias na cooperativa que realiza a coleta seletiva e que atualmente trabalha em condições precárias. Carmem que é a responsável pela cooperativa sugeriu os possíveis PEV, totalizando três pontos, sendo que um deles seria onde funciona o escritório da cooperativa atualmente e que necessita de algumas adequações. Já ficou acertado uma capacitação para o dia sete de julho, às treze horas, com os profissionais da educação e saúde, conforme acertado com a Leila, secretária de educação, e o Tiago, responsável pela Vigilância Sanitária. O prefeito Anuar se comprometeu a doar um caminhão à cooperativa para que possam iniciar a coleta dos orgânicos. Para finalizar foi feito o agradecimento a todos pela presença e em seguida a secretária executiva do CIDES, Cristina, fez algumas considerações finais. Nada mais havendo a declarar, eu, Roberta Christina Amâncio lavrei a presente ata.

FOTOS DA REUNIÃO SOBRE AS MEDIDAS EMERGENCIAIS E AMPLIAÇÃO DA COLETA SELETIVA, COM A PRESENÇA DO PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PRATA - MG.

Figura 3: Reunião com o prefeito e secretários municipais para definir as estruturas necessárias para atender as medidas emergenciais.



No dia 07/07/2016 ocorreu o seminário de capacitação (Figura 4) para ampliação da coleta seletiva que teve com o objetivo apresentar a legislação a respeito dos resíduos sólidos urbanos (RSU), resíduos dos serviços de saúde e a forma de armazenamento, normas e classificação dos materiais por tipo. Também foi discutida a importância da participação dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, conforme a Lei 12.305/10. Apresentou-se como funciona um aterro sanitário e um lixão, bem como os seus impactos ambientais decorrentes das práticas inadequadas no tratamento dos RSU e os fundamentos para melhoria da coleta seletiva, passo a passo.

Figura 4: Seminário de capacitação.



Em cumprimento a mais uma etapa de ampliação da coleta seletiva, no dia 19/08/2016, foi realizada a mobilização porta a porta (Figura 5) que teve como objetivo orientar a comunidade quanto a separação correta dos resíduos domésticos (Figura 10)

Figura 5: Mobilização porta a porta.



Figura 6: Folder de divulgação da coleta seletiva.

Prata
EMPRESA DE
Prata
AÇÃO E TRABALHO POR VOCE

PRATA RECICLA

Coleta Seletiva - Reciclando Materiais, Reciclando Valores em prol da preservação do Meio Ambiente.
03 ANOS DE COLETA SELETIVA EM PRATA.
CAAP - Cooperativa de Agentes Ambientais do Prata.

Rotas de circulação do veículo da Coleta Seletiva.

Segunda-feira, os bairros:

- Bela Vista
- Cruzeiro do Sul
- Jd. Ana Carolina
- Morada do Sol
- Primavera
- Primavera II
- Primavera III

Terça-feira, os bairros:

- Coqueiro
- Colina Park
- Cj. N. Sra. do Carmo
- Dona Regina
- Jd. Brasil
- Jussara
- Vila de Fátima

Quarta-feira, os bairros:

- Centro
- Esperança

Quinta-feira, os bairros:

- Edma
- Rodoviário

Sexta-feira, os bairros:

- Alegria
- Cj. Padre Angelo
- Industrial
- Oliveria 1 e 2
- Progresso
- Progresso 1
- Vila Juliana

O lixo ORGÂNICO será coletado de Segunda a Sábado.

ONG AÇÃO BEM VIVER
PLANEJANDO O FUTURO

Guilherme Paquetini / 34331-6096



ATA DA AUDIÊNCIA FINAL SOBRE AS MEDIDAS EMERGENCIAIS E AMPLIAÇÃO DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE PRATA – MG.

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, às quinze horas, no salão de eventos da maçonaria, na cidade de Prata, Minas Gerais, o Secretário do meio ambiente Sr. Luiz Ricardo deu início a audiência saudando os presentes. Logo em seguida passou a palavra para a prof^a. Dra. Ângela Maria Soares, da Universidade Federal de Uberlândia, que iniciou dizendo que em dois mil e quatorze fechou o convênio do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (CIDES) com sete municípios e o Prata é um deles. Foi elaborado o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) e entregue em dois mil e quinze um único volume para os sete municípios. A professora agradeceu à Carmem e a todos os componentes da cooperativa de catadores de materiais recicláveis do Município (CAAP) pelo empenho, à secretária de educação e aos professores que estão envolvidos e diz que deve ser contínuo o trabalho. Também agradeceu às agentes de saúde que se desdobraram durante os trabalhos do porta-a-porta para a divulgação da coleta seletiva. Falou das ações previstas no plano, já que foram executadas visando aumentar a eficiência com responsabilidade e justiça social. Continuou ressaltando a importância da coleta seletiva, resíduos úmidos e rejeito e que o Município ainda não está adaptado, mais a tendência é melhorar, pois o Ministério Público vai cobrar de todos os municípios. Também ressalta que o Município poderia ter feito um trabalho melhor, pois as medidas emergenciais terão que atender os pré-requisitos previstos no termo de ajuste de conduta (TAC) determinado pelo Ministério Público pelo qual o gestor terá que assinar, já que a promotoria montou um grupo composto por professores de várias universidades e várias áreas. Que esse grupo será encarregado de vistoriar posteriormente os municípios nas questões ambientais pertinentes aos planos. A professora ressalta que a ideia inicial seria do município do Prata não ter que assinar o TAC, mas o prefeito não implantou todas as medidas emergenciais como é o caso da continuidade do antigo lixão. A cidade terá que ampliar a coleta seletiva que está no Plano de Medidas Emergenciais e depois ainda tem o Plano de Resíduos dos Serviços de Saúde pelo qual o comércio que gerar os resíduos terá que também dar destinação correta aos mesmos ou terá que sofrer a fiscalização do Município, o que ainda não acontece. Um vereador eleito no último pleito e que ainda não assumiu, perguntou se o Município pode arcar com os custos desse transporte dos resíduos dos serviços de saúde. A professora Ângela respondeu que caracterizaria improbidade administrativa. Falou que o município de Prata foi o que menos caminhou, diferente de Canapólis e Araporã.

No Prata ainda há lixão e precisa construir um aterro controlado, fazer as valas sanitárias e realizar a coleta seletiva. Também comentou que em reunião com o prefeito e secretários ficou definido que a prefeitura doaria um caminhão para CAAP realizar a coleta dos orgânicos, o que não ocorreu. A professora Ângela cobrou os ecopontos e os pontos diversos para facilitar a coleta. A presidente da CAAP, Carmem, relatou que há invasão de sem tetos constantemente na base da Cooperativa, onde também tem um lixão, e que foram furtados equipamentos e materiais coletados porque não existe ali portaria vinte e quatro horas e mesmo se houvesse os invasores são em grande número, por volta de trinta sempre. Relata que a Cooperativa é dispensada de licitação e apesar disso a legislação não é cumprida pelo Município. Em seguida, a palavra foi passada à professora Ma. Vânia Santos Figueiredo que afirmou que todas das medidas emergenciais efetuadas no Município não foram levadas a sério pelos gestores, pois pela pouca presença da população percebeu-se que os mesmos não foram convidados, fato relatado por alguns presentes, que não sabia nem do que se tratava a presente audiência. A professora prosseguiu explanando sobre as medidas emergenciais. Apresentou um gráfico com aumento da geração dos resíduos sólidos urbanos (RSU) no Brasil: são 60,8 milhões de toneladas geradas em 2014, 6,5 milhões de toneladas não foram coletadas, 22,9 não recebem destinação adequada e 31,2 milhões tiveram destinação adequada. Falou dos pontos de lixo irregular e regular pretendidos. Expôs sobre a coleta seletiva e da responsabilidade compartilhada, que dentre as ações foi realizado o porta – a – porta. Relembrou dos desafios da gestão compartilhada; elaboração do PGRS; financiamento do projeto; capacitação dos gestores municipais; melhoria de qualidade de vida; valorização dos catadores de materiais recicláveis; manutenção do ciclo de coleta e da destinação final. Falou sobre a gestão verde e os métodos de coleta seletiva. Discorreu dos benefícios para o Município como: contribuição da diminuição da poluição do ar, do solo, do lençol freático e outras. A professora também falou da impossibilidade da apresentação da palestra: saúde ambiental e qualidade de vida e da oficina de reciclagem, que ficaram prejudicadas, já que só havia crianças do ensino infantil e que a atividade planejada não era para aquele público. Nesse momento algumas pessoas da audiência se posicionaram dizendo que nunca foram comunicadas e nem ouviram nenhum tipo de aviso sobre as ações desenvolvidas. A professora avançou dizendo das atitudes que podem fazer a diferença como: a inserção de psicólogas para dar apoio aos catadores de materiais recicláveis, educadores ambientais e ações permanentes nas escolas com essa temática. Continuou dizendo sobre os modelos de projetos de aterro; modelos de ecopontos. A presidente da CAAP, Carmem, perguntou se o

Município não tem dinheiro para comprar o caminhão e o vereador presente Sr. Marcel Vieira Rodrigues disse que tem sim e ela continuou dizendo que a Quebec – empresa terceirizada responsável em coletar os RSU recebe sessenta e oito mil da prefeitura pela coleta do lixo e repassa para a cooperativa vinte e sete mil e quinhentos, mas sempre atrasados depois do dia vinte de cada mês, sendo que a empresa recebe da prefeitura sempre no quinto dia útil e isso complica a vida financeira da Cooperativa. O vereador presente disse que já investigou a empresa Quebec e constatou várias irregularidades e até já formalizou denúncia contra a mesma no Ministério Público, por isso está sendo constantemente ameaçado de morte e pede para que sua fala conste em ata. Em seguida, a professora Vânia passou a palavra para o secretário de meio ambiente Luiz Ricardo que agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública às dezessete horas do dia vinte e seis de outubro. Nada mais havendo a declarar, eu, Denise Cardoso da Silva lavrei a presente ata.

FOTOS DA AUDIÊNCIA FINAL SOBRE AS MEDIDAS EMERGENCIAIS E AMPLIAÇÃO DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE PRATA – MG.

Figura 7: Audiência final.



CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA



Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



Lista 3: Lista de presença da audiência final.

Audiência final sobre a ampliação da coleta seletiva realizada no município do Prata - MG, através do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - CIDES

Lista de Presença

26/10/2016

	NOME COMPLETO.	FONE/EMAIL	INSTITUIÇÃO/SEGMENTO
1.	D. Luiz Roberto C. Vilela	9.997.6773	Prata - MG
2.	Adriana Costa	9.9631.7858	Imprensa
3.	Wagner Augusto Figueiredo	9.927.2614	Imprensa
4.	Edna de Viana Ottoni	9.9636.1505	Imprensa
5.	Rosa Paula Francisco de Silva	9.9302.0307	Imprensa
6.	Denise Barbosa da Silva	9.9264.4112	UFU
7.	Angela M Soares	9.9944.9151	UFU
8.	Marcos Lourenço Costa	9.9966.9638	UNITRI
9.	Silvia Regina da Silva	9.8881.7543	Resistência PRATA
10.	Guilherme Sousa da Silva	9.9638.8083	Caap
11.			Caap
12.	Paulo Sérgio Amaral		Caap
13.	Cláudia Regina dos Santos	97-93.95.81	Caap
14.	Dyrcide de Fátima Ribeiro	9.9913.6579	Caap
15.	Zenilde Rodrigues da Silva	zenilders@hotmail.com	Associação Ben Virra
16.	Graciana da Mota	96-96.5338	Caap
17.	Walmir Aparecido da Costa	9172.7803	Presidente Caap
18.	Maurício R. de Lencastre	9.9643.0578	Vereador
19.	Guise Brandão Costa	9.9189.3977	VISA
20.	Luiz Carlos da Silva	9.9961.2866	Sindicalista
21.	Paula Gomes da Silva	9.9999.3539	DEC
22.	Kelly Cristina de Oliveira	9.9938.4332	DEC
23.	Dei - 9.9993.2331		
24.	Márcia das Graças Cavallari Vilela	9.9996.1110. mgraca-cavallari@nd	E. Est. Prata
25.	Edmundo Machado da Silva	9.6902.6656	E. Est. Prata
26.	Taciano Henrique da Silva	9.963.9843	Presidente do Prata
27.	Antônio Lima da Silva	9.970.5062	E. Est. Prata
28.	Sabrina Ferreira Dilella	9.9653.9443	E. Est. Prata
29.	Ricardo Franco Vilela	3431-2023	Produtor Rural
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			
35.			
36.			
37.			
38.			
39.			
40.			
41.			



6. Referências

BRASIL. **Lei Federal nº 12.305**, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 01 mar. 2016.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 275**, de 25 de abril de 2001. Estabelece o código de IBGE. Minas Gerais. Araporã. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

FIGUEIREDO, V. S.; SOARES, A. M. Mobilização social e educação ambiental no município de Campina Verde-MG. In: **Educação Ambiental e Biogeografia**. ISBN: 978-85-68066-25-6 2522 a 2528. SEABRA, G. (Org).Ed. Barlavento, 2016. Vol. II. 2762 p. Ituiutaba – MG.

Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES, 2014.